

Na reunião do dia 13 de agosto de 2025, o comitê de investimentos do IPSGA se reuniu conjuntamente com o Conselho Municipal de Previdência para analisar a carteira de investimentos do Instituto, observando sua aderência aos critérios e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, assim como na Política de Investimentos anual do RPPS. Para tal, analisamos o Panorama Econômico fornecido pela consultoria de investimento, retratando o cenário nacional e internacional, os eventos ocorridos no ano anterior que impactaram os mercados, assim como os resultados auferidos por todos os investimentos disponíveis para aplicação dos RPPS, além do relatório de investimento do IPSGA disponível no sistema UNO.

RESULTADO DA CARTEIRA VS META

No mês de junho de 2025, a carteira de investimentos do IPSGA apresentou rentabilidade de 0,94%, superando a meta atuarial mensal fixada em 0,67%. Esse resultado representa um desempenho 0,27 ponto percentual acima da meta, refletindo uma gestão eficaz diante de um cenário econômico ainda marcado por incertezas. No acumulado do ano, a carteira registra um retorno de 7,01%, também superior à meta atuarial de 5,66% no mesmo período, ampliando o ganho relativo para 1,35 ponto percentual. Essa performance demonstra a consistência da política de investimentos adotada e a efetividade da alocação dos ativos, com destaque para a resiliência dos segmentos de renda fixa e o bom comportamento de estratégias mais diversificadas.

Entre os fundos que mais contribuíram positivamente para o resultado de junho, destacaram-se os fundos de renda fixa atrelados à estratégia IRF-M e gestão ativa. O fundo BB IRF-M TP FI RF PREVID, com rentabilidade de 1,77%, apresentou o melhor desempenho entre os de maior peso, seguido pelo BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC, que obteve retorno de 1,10%, e o CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF, com 1,02%. Juntos, esses fundos foram fundamentais para alavancar o resultado consolidado da carteira, devido à combinação de bom desempenho e alta representatividade no portfólio. Por outro lado, o fundo BB FATORIAL FIC AÇÕES registrou rentabilidade negativa de -0,59%, impactado por oscilações no mercado acionário, enquanto o BB MULTIMERCADO LP JUROS E MOEDAS encerrou o mês praticamente estável, com leve queda de -0,01%, sem impacto significativo sobre o resultado consolidado.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional em junho de 2025 foi marcado por incertezas geopolíticas e pressões inflacionárias persistentes, especialmente nos Estados Unidos. O Federal Reserve manteve a taxa de juros entre 4,25% e 4,50% ao ano pela quarta reunião consecutiva, destacando a cautela na condução da política monetária frente ao mercado de trabalho aquecido e inflação acima da meta. O país registrou criação de 147 mil vagas no mês, e a taxa de desemprego recuou para 4,1%, contrariando previsões de alta. Na Europa, a inflação voltou a acelerar para 2,0% em junho, exigindo do Banco Central Europeu um novo corte na taxa básica de juros, agora fixada em 2% ao ano. A atividade econômica na zona do euro segue em recuperação lenta, com o setor de

serviços voltando à expansão.

A China, por sua vez, demonstrou avanços diplomáticos com os EUA e estabilidade econômica, com retomada da indústria e inflação ainda contida. O PMI da indústria superou 50 pontos e a taxa de desemprego recuou para 5%, apesar da deflação no índice de preços ao produtor.

No Brasil, o mês foi de desaceleração da atividade econômica e manutenção das pressões inflacionárias. O IPCA de junho registrou alta de 0,24%, acumulando 5,35% em 12 meses, acima do teto da meta, impulsionado pelos aumentos nos custos de energia elétrica e transportes. O Copom elevou novamente a taxa Selic em 0,25 p.p., fixando-a em 15,00% ao ano, o maior patamar desde 2006. A decisão foi motivada pelo ambiente fiscal incerto, a persistência da inflação e o cenário externo desfavorável. Apesar disso, o mercado de trabalho brasileiro mostrou robustez: a taxa de desocupação recuou para 6,2%, e o rendimento médio real subiu 3,1%, atingindo R\$ 3.457. Por outro lado, o Índice de Confiança do Consumidor voltou a cair, refletindo o pessimismo das famílias. O recuo nos PMIs — com o composto em 48,7 e o industrial em 48,3 — reforça o cenário de retração, especialmente diante da redução de novos pedidos e crédito mais caro.

A política monetária mais restritiva no Brasil e o acirramento de tensões comerciais no cenário global influenciaram diretamente os mercados financeiros. No mês, o Ibovespa teve queda de 2,97%, impactado pela cautela dos investidores diante das tarifas anunciadas pelos EUA. A taxa de câmbio também refletiu esse ambiente, com valorização do dólar frente ao real. Na renda fixa, o CDI apresentou rentabilidade de 1,10%, enquanto os índices atrelados à inflação, como o IMA-B 5, fecharam com 0,45%. O fechamento da curva de juros nos vértices longos favoreceu títulos prefixados de maior duration, refletindo a percepção de maior comprometimento do Banco Central com a estabilidade de preços. Nesse ambiente de juros elevados e riscos elevados, os fundos atrelados ao CDI e estratégias com maior previsibilidade mantêm-se como pilares fundamentais na composição das carteiras dos RPPS.

ANÁLISE DA CARTEIRA

A carteira de investimentos do IPSGA, referente ao mês de junho de 2025, apresentou perfil majoritariamente conservador, com 84,46% dos recursos alocados em renda fixa, distribuída entre fundos referenciados ao CDI, IRF-M, IRF-M 1 e índices amplos como o IMA Geral ex-C. A alocação por benchmark revela concentração em ativos ligados ao IRF-M 1 (36,35%), seguido por CDI (21,68%), IMA Geral ex-C (18,74%) e IMA-B 5 (9,15%), todos dentro de uma abordagem de controle de risco e retorno previsível. A exposição à renda variável representa 6,16% da carteira, sendo composta principalmente pelos fundos com benchmark no IBOVESPA (4,49%) e IEE – Índice de Energia Elétrica (1,67%). Os investimentos estruturados, que somam 9,38%, estão alocados em FIPs, que ampliam a diversificação da carteira, mas com participação moderada. Não há exposição em investimentos no exterior no período analisado. Em relação à gestão da carteira, observa-se concentração expressiva sob responsabilidade da BB Gestão de Recursos – DTVM, que administra 84,77% do patrimônio. Na sequência, a Caixa DTVM responde por 11,71%, enquanto as gestoras Arena Capital e Renda Asset aparecem com participação inferior a 5%.

ENQUADRAMENTO

A análise de enquadramento da carteira do IPSGA, referente ao mês de junho de 2025, foi realizada conforme os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e os parâmetros definidos na Política de Investimentos vigente. No segmento de renda fixa, a maior concentração da carteira está nos Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciados 100% em títulos do Tesouro Nacional enquadrados no art. 7º, inciso I, alínea “b” da Resolução, com aplicação de 72,10% do total. Esse percentual está em total conformidade com o limite máximo de 100% previsto pela Resolução e também com a política interna, que estabelece faixa de alocação entre 20% (mínimo) e 90% (máximo), com estratégia alvo de 50%. Já os Fundos enquadrados no art. 7º, inciso III, alínea “a”, que abrangem os Fundos de Renda Fixa mais genéricos, representam 12,36% da carteira, abaixo do limite máximo de 60% permitido pela norma e dentro da política institucional, cujo intervalo permitido vai de 0% a 50%, com estratégia alvo de 15%. Não houve alocação em fundos ou ativos vinculados aos artigos 7º, incisos I “a” e “c” (títulos Selic e índices), tampouco em operações compromissadas (art. 7º, II), ativos bancários (art. 7º, IV), FIDCs ou fundos de crédito privado e debêntures (art. 7º, V, alíneas “a”, “b” e “c”). Assim, todo o volume aplicado em renda fixa – equivalente a 84,46% da carteira – permanece enquadrado dentro dos limites da regulamentação e da política do RPPS.

No segmento de renda variável, a alocação total foi de 6,16%, representada exclusivamente por Fundos de Investimento em Ações, enquadrados no art. 8º, inciso I da Resolução. O valor investido respeita integralmente o limite regulatório de até 30% e também está em conformidade com os parâmetros da Política de Investimentos, que preveem limite máximo de 20% e alvo de 7%, sendo, portanto, uma exposição controlada. Não houve alocação em fundos de índices de ações (art. 8º, II). No segmento de investimentos estruturados, a carteira alocou 5,87% em Fundos Multimercado abertos (art. 10, inciso I), respeitando o limite máximo de 10% e a política institucional (0% a 10%, alvo de 7%), e 3,51% em Fundos de Investimento em Participações – FIPs (art. 10, inciso II), igualmente dentro do limite de 5% permitido, com política interna estipulando máximo de 5% e alvo de 1%. Não houve exposição aos fundos estruturados do art. 10, inciso III (ações mercado de acesso), fundos imobiliários (art. 11), nem em operações de empréstimos consignados (art. 12). Da mesma forma, a carteira não apresentou alocações em investimentos no exterior, abrangidos pelo art. 9º da Resolução. Com isso, verifica-se que todos os segmentos presentes no portfólio encontram-se formalmente em conformidade com os artigos específicos da regulamentação vigente e com os limites mínimos, máximos e estratégicos definidos pela Política de Investimentos do IPSGA.

CONCLUSÃO

O mês de junho foi caracterizado por um ambiente financeiro desafiador, com aumento da percepção de risco e movimentos defensivos por parte dos investidores

institucionais.

A elevação da taxa básica de juros no Brasil reforçou a atratividade de ativos pós-fixados e acentuou a pressão sobre títulos públicos com *duration* mais longa.

Esse reposicionamento do mercado impactou diretamente a dinâmica de preços dos ativos, favorecendo estratégias conservadoras de preservação de capital. Os sinais de desaceleração setorial e o aumento da aversão ao risco também influenciaram a performance de ativos de renda variável e fundos multimercado mais sensíveis ao ciclo econômico.

A carteira do IPSGA demonstrou aderência à política de investimentos e bom posicionamento ao superar a meta atuarial tanto no mês quanto no acumulado do ano. Frente às condições atuais, a LEMA Consultoria de Investimentos recomendou reduzir gradualmente a exposição em fundos vinculados ao IRF-M tradicional, cuja *duration* intermediária apresenta maior volatilidade, e realocar parte desses recursos para fundos referenciados ao CDI e IRF-M 1, que oferecem menor risco de oscilação e melhor relação risco-retorno no cenário de juros elevados e inflação persistente. Essa readequação busca preservar o desempenho positivo obtido até o momento, mantendo o equilíbrio entre rentabilidade e segurança.

MOVIMENTAÇÕES

RESGATES		
CNPJ	NOME	VALOR R\$
35.292.588/0001-89	BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID	R\$ 13.871.997,65
23.215.097/0001-55	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	R\$ 23.116.755,10
07.111.384/0001-69	BB IRF-M TP FI RF PREVID	R\$ 14.521.711,65
TOTAL		R\$ 51.510.464,40

APLICAÇÕES		
CNPJ	NOME	VALOR R\$
04.857.834/0001-79	BB TESOURO FIC RENDA FIXA SELIC	R\$ 13.871.997,65
11.328.882/0001-35	BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID	R\$ 14.521.711,65
03.737.206/0001-97	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	R\$ 23.116.755,10
TOTAL		R\$ 51.510.464,40

Ademais, o comitê entendeu que os investimentos do IPSGA apresentaram dados de risco e retorno compatível com os seus benchmarks e encontram-se aderentes aos limites e critérios previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Política de Investimentos anual.

Conforme disposto em Ata da reunião do dia 13 de agosto de 2025 pode-se comprovar



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE - IPSCA

LEMA

que que o Conselho Municipal de Previdência está ciente da situação apresentada no presente Relatório/Parecer.

CAMILLE COELHO MUNIZ

JAMILLE FONTENELE MAGALHÃES

RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA DAVID

(ASSINADO NA VIA FÍSICA)